



NEWSLETTER

# FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Edição Nº 13 janeiro e fevereiro de 2023

## INFORMAÇÕES NACIONAIS

Secretariado Nacional | 26 de Janeiro de 2023

Aceda à Resolução aqui:

UGT : <https://www.ugt.pt/comunicados/resolucoes/6>

O Secretariado Nacional da UGT, aprovou, por unanimidade e aclamação, uma resolução que abordou os seguintes temas:

- UGT ALERTA MINISTRO DA EDUCAÇÃO E GOVERNO PARA OUVIR AS JUSTAS REIVINDICAÇÕES DOS PROFESSORES
- SALÁRIOS E VALORIZAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NÃO CHEGARAM A TODOS OS TRABALHADORES DO SETOR
- UGT AO LADO DOS BANCÁRIOS
- A UGT TAMBÉM MANIFESTA O SEU APOIO AOS TRABALHADORES DOS SETORES PRIVADO E EMPRESARIAL DO ESTADO QUE ESTÃO A LUTAR POR UMA NEGOCIAÇÃO COLETIVA MAIS FORTE E DINÂMICA



## Secretariado Nacional | Respeitar o Diálogo Social. Cumprir os compromissos assumidos

O Secretariado Nacional da UGT aprovou, por unanimidade e aclamação, uma resolução que abordou os seguintes temas:

- DAR UM NOVO IMPULSO À NEGOCIAÇÃO COLECTIVA.
- “MAIS HABITAÇÃO”. UM AVANÇO QUE ADIA A RESPOSTA À URGÊNCIA ACTUAL DAS FAMÍLIAS.
- 1 ANO DE GUERRA NA UCRÂNIA



Aceda à Resolução aqui:

UGT : <https://www.ugt.pt/comunicados/resolucoes/6>



## FESAP | Revisão do SIADAP e de carreiras especiais tem de ser mais célere

A FESAP reuniu recentemente com a Secretária de Estado da Administração Pública, Inês Ramires, para a primeira reunião de negociação com vista à revisão do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) e da revisão das carreiras especiais não revistas de grau de complexidade 2 e 3.

De entre os pontos abordados nesta reunião, nomeadamente no que respeita às linhas orientadoras, à metodologia de trabalho para delinear novos SIADAP 1 (serviços), SIADAP 2 (dirigentes) e SIADAP 3 (trabalhadores), bem como no que concerne à revisão de carreiras especiais, a FESAP considera que, globalmente, os documentos apresentados vão ao encontro das reivindicações que vem fazendo há largos anos.



## UGT partilha com FNE as fortes preocupações sobre a situação na Educação

A Federação Nacional da Educação (FNE) reuniu com a direção da União Geral de Trabalhadores (UGT), liderada pelo seu Secretário-Geral, Mário Mourão, para uma apresentação, balanço e clarificação da diversidade de áreas em que a FNE está neste momento a intervir, tendo-se concluído por uma ampla convergência na manifestação de profundas preocupações no que diz respeito às matérias em negociação com o Ministério da Educação.

A UGT acompanhou e acompanha as preocupações salientadas pela FNE relativamente à tremenda insatisfação e instabilidade no sector da educação, concordando que só por via negocial poderá ser ultrapassada, na manutenção da paz social e proteção do processo educativo de milhares de crianças e jovens.

Foram quatro os pontos em cima da mesa neste encontro:

- A situação dos educadores de infância e professores dos ensino básico e secundário;
- Os problemas que afetam os trabalhadores não docentes, muitas vezes esquecidos e pouco valorizados pelo governo e nas escolas portuguesas;
- A questão da negociação coletiva nos setores privado e social;
- O Ensino Superior.

A todas estas matérias a UGT manifestou o seu apoio, com Mário Mourão a deixar a total abertura e disponibilidade da Central para apoiar e lutar por todos os temas referidos, afirmando que se tem de continuar a trabalhar articuladamente, no sentido de dar resposta às várias insatisfações aqui tratadas.

A UGT não vai poupar esforços, num apoio a 100% ao setor da Educação e de resposta aos graves problemas aqui identificados pela FNE.

**Aceda aqui à notícia completa:**

**<https://www.ugt.pt/comunicados/comunicados-305?ano=2023&newsid=5412>**



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

## **CES elege vice-presidentes e personalidades de reconhecido mérito para o mandato 2022-2026**

O Plenário do Conselho Económico e Social (CES) reuniu a 13 de fevereiro, para a eleição dos quatro vice-presidentes e das cinco personalidades de reconhecido mérito para o quadriénio 2022-2026, tendo as listas propostas sido eleitas por larga maioria.

Para o cargo de Vice-presidente do CES, foi eleito o Secretário-geral da UGT, Mário Mourão, e pelas confederações patronais entrou o presidente da CTP, Francisco Calheiros.

Nesta reunião, o plenário do CES procedeu ainda à provação da composição das Comissões Especializadas Permanentes.

Durante a sessão foi também apresentado o Livro Branco “Mais e Melhores Empregos para os Jovens”, uma co-autoria da Fundação José Neves, do Observatório do Emprego Jovem e da OIT-Lisboa.

### **Iniciativa da Fundação José Neves mobiliza o Governo**

#### **Pacto é assinado e viabilizará a criação de milhares de postos de trabalho**

Empresas como a Farfetch, Bial, Bosch, Altice, Deloitte, Capgemini, EDP, Altri, Caixa Geral de Depósitos, Martifer, REN, Tranquilidade, Randstad, Egor, NOS, Navigator, Unilabs, entre muitas outras empresas compõem o lote inicial de subscritores do “Pacto Mais e Melhores Empregos para os Jovens em Portugal”, que foi já apresentado. Promovido pela Fundação José Neves, com o Alto Patrocínio do Presidente da República, este compromisso une o Governo, através da secretaria de Estado do Trabalho, e o tecido empresarial nacional em torno do objetivo de “operar uma mudança real no atual contexto de vulnerabilidade associado ao emprego dos jovens”.



## PLANO NACIONAL PARA O ALOJAMENTO PARA O ENSINO SUPERIOR (PNAES)

O Plano Nacional para o Alojamento para o Ensino Superior (PNAES) pretende, até 2026, construir novas habitações e reabilitar edifícios antigos em vários locais de Portugal, essencialmente em áreas que apresentam mais procura do que oferta de alojamento estudantil.

A implementação do PNAES é uma iniciativa conjunta das áreas governativas da Presidência e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, financiada através da Agência Nacional Erasmus + Educação e Formação, e ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Conta com a participação de diversas entidades como autarquias, órgãos sociais e instituições de ensino superior.

O Estudo diagnóstico, no qual foram inquiridas 33 instituições de ensino superior público, procurou identificar e caracterizar as residências de estudantes junto das instituições de ensino superior públicas; elaborar um diagnóstico e caracterização das condições das residências, em colaboração com o movimento associativo estudantil; e apresentar uma caracterização dos estudantes deslocados inscritos no ensino superior público.

O Observatório do Alojamento Estudantil é uma plataforma digital, acessível ao público, que identifica diariamente a oferta privada de alojamento para estudantes, as zonas com alojamento e as rendas praticadas, assim como o nível de ocupação e a evolução da oferta pública de camas em residências para estudantes, e o Índice mensal de preços do alojamento estudantil.



CONSELHO  
NACIONAL DE  
EDUCAÇÃO

Saiba mais aqui:

[pnaes.pt](http://pnaes.pt)



PLANO NACIONAL  
PARA O ALOJAMENTO  
NO ENSINO SUPERIOR

O projeto DICA foi pensado para Divulgar como se ensina e aprende nas escolas portuguesas, como se concretizam iniciativas e/ou projetos e se criam condições para Inovar ao nível da organização e do processo pedagógico. Assume também particular importância a ideia de Colaborar que se refere à constituição mais ou menos formal de redes de escolas, de grupos de professores ou de alunos que se associam para resolverem problemas comuns e/ou desenvolverem projetos para que as instituições, os seus profissionais e os seus alunos possam Aprender melhor.

Para além das parcerias estabelecidas com um conjunto de programas, entidades e associações com reconhecida experiência e mérito no desenvolvimento e acompanhamento de projetos inovadores em diversas disciplinas ou áreas disciplinares (leitura e escrita, artes, matemática, biologia, educação física), o Conselho Nacional de Educação está a desenvolver dois estudos de caso em escolas/agrupamentos, dois estudos de natureza biográfica a dirigentes escolares e dois estudos de natureza biográfica a docentes.



## Plataforma de Pesquisa DOT

### O que é a DOT?

A DOT (Dados das Organizações do Trabalho) é a base de dados das organizações sindicais e de empregadores portuguesas, sediadas no território do Continente e registadas, desde 1975, na Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), o serviço com competência para a prática dos atos relativos às organizações representativas de trabalhadores e de empregadores, atribuídos por lei ao ministério responsável pela área laboral.

Youth	Adults	Entities
There are several double certification paths (awarding a school and a professional certification), aimed at young people, to complete basic education (9th year of ...	There are several qualification paths that, throughout life, enable the obtainment of a school certification at basic level (4th, 6th or 9th year of schooling) or at upper- ...	The entities of the National Qualifications System, of a public or private nature, promote qualification, training and learning for personal development, as well...
<b>More than 869 000</b> registrations on Qualifica Program	<b>41%</b> of youth on double certification programs	<b>392</b> Qualifications
<b>ANQEP</b>	<b>Organisational Chart</b>	<b>Co-financed Projects</b>

## Site da ANQEP disponível também em inglês

O site da ANQEP está a partir de 28 de fevereiro disponível também em inglês, tornando-se mais inclusivo e acessível a não-falantes de português.



## Arrancou em Portugal o Inquérito às Competências dos Adultos

Foi lançado em Portugal, no mês de janeiro, o Inquérito às Competências dos Adultos, o maior estudo das competências dos adultos realizado no nosso país e o primeiro a ser concretizado neste século. Na fase principal deste estudo, serão inquiridos, nas diferentes regiões do país, e ao longo do primeiro semestre de 2023, 5.000 adultos, com idades compreendidas entre os 16 e 65 anos de idade, escolhidos de um modo aleatório.

Este Inquérito é realizado no quadro do 2º Ciclo do Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (Programme for the International Assessment of Adult Competencies, PIAAC), um programa internacional multiciclo de avaliação das competências dos adultos promovido pela OCDE e a que o governo português aderiu.

A coordenação e o desenvolvimento dos trabalhos do PIAAC em Portugal estão a cargo de um Grupo de Projeto criado pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da educação e do emprego. O Grupo de Projeto é coordenado por Luís Rothes e João Queirós e conta com o suporte administrativo e logístico da ANQEP, I.P. e com o financiamento do Programa Operacional de Assistência Técnica (POAT 2020). Os trabalhos de terreno são realizados por uma equipa liderada pela Universidade Católica Portuguesa, selecionada para esse efeito através de concurso público internacional.

## Novos Percursos Formativos nas áreas do Ambiente e da Energia

Foram integrados no Catálogo Nacional de Qualificações 4 novos percursos de curta e média duração que respondem a competências específicas na área do ambiente e da energia, nomeadamente às novas competências verdes, sendo constituídos por um conjunto de Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), com a duração máxima de 375 horas:

- Hidrogénio Verde – fundamentos e tecnologias (300 horas)
- Energias renováveis – Solar térmico (325 horas)
- Energias renováveis – Solar fotovoltaico (375 horas)
- Energias renováveis – Eólica (375 horas)

O percurso do Hidrogénio Verde – fundamentos e tecnologias, foi concebido em parceria com a ADENE – Agência para a Energia, a Direção-Geral de Energia e Geologia e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P..

Os percursos em causa tiveram ainda contributos do Conselho Setorial da Energia, nomeadamente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e do Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ).

Estes 4 percursos podem ser desenvolvidos através da modalidade formações modulares certificadas, possibilitando uma certificação autónoma.



## Comunicado MCTES

Ao longo dos últimos meses, o Governo promoveu uma discussão pública no sentido de rever e atualizar o sistema de acesso ao ensino superior nas suas múltiplas vertentes. Esta iniciativa política visa dar cumprimento ao programa do Governo, o qual reafirmou os objetivos de prosseguir a democratização e diversificação do acesso ao ensino superior

or e de proceder à avaliação de melhorias a introduzir no sistema de acesso tendo em vista esses objetivos programáticos.

A discussão pública, desenvolvida entre outubro de 2022 e fevereiro de 2023, contou com a participação de todos os atores institucionais relevantes para esta matéria, nomeadamente: Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado, Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, Conselho de Reitores das Universidade Portuguesas, Conselho das Escolas, Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional da Juventude, Representantes das Associações de Pais e das Federações Académicas e Associações Académicas do Ensino Superior.

A revisão do sistema de acesso ao ensino superior foi orientada por um conjunto de princípios:

- preservar a estabilidade e confiança no sistema de acesso ao ensino superior;
- promover a equidade e a diversificação do perfil dos estudantes através do alargamento das vias de acesso;
- reduzir a desigualdade de oportunidades entre candidatos com as mesmas características;
- aumentar a representação de grupos vulneráveis e sub-representados no sistema de ensino superior;
- incrementar a autonomia das IES na gestão das vias de acesso, sem sacrificar os princípios fundamentais do sistema;
- agilizar e simplificar o sistema de acesso ao ensino superior, sem sacrificar os princípios fundamentais do sistema;



# Nota à Comunicação Social MCTES – 28fev23 | Protocolo DGES / Montepio, Residências para Estudantes, S.A.



A Direção-Geral do Ensino Superior estabeleceu hoje um protocolo com a Montepio, Residências para Estudantes, S.A., com o objetivo de disponibilizar alojamento a preços controlados para os estudantes deslocados a frequentar o ensino superior a partir deste ano letivo.

A assinatura deste acordo enquadra-se na colaboração estabelecida entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e várias estruturas representativas de unidades hoteleiras e de alojamento local, sucedendo-se aos acordos já estabelecidos ou renovados este ano com a Movijovem, a AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, a AHP – Associação da Hotelaria de Portugal, a APHORT – Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo e a ALEP – Associação do Alojamento Local em Portugal.

Atendendo a que se mantém premente o recurso a soluções inovadoras que permitam incrementar a capacidade instalada em matéria de residências para estudantes propriedade das Universidades e Institutos Politécnicos, a Direção-Geral do Ensino Superior tem vindo a estabelecer protocolos com diversas entidades públicas, privadas e do setor social.

No momento da celebração do acordo, a ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato, sublinhou a importância deste momento, afirmando que “a disponibilização de alojamento para os estudantes do ensino superior que se encontram deslocados do local da sua residência, de forma condigna e a preços acessíveis, é essencial e prioritário para o alargamento e a democratização do acesso ao ensino superior”. Salientou ainda que esta iniciativa se insere num quadro mais alargado de projetos, que integram o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES), cujo objetivo é disponibilizar mais de 26 mil camas para a população estudantil até ao final desta legislatura.

# INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS



Cursos, workshops e círculos de estudo que serão levados a cabo durante o ano de 2023:

- Como desenhar um curso online
- Como realizar um círculo de estudos online
- Competências digitais básicas online para usar na capacitação, nomeadamente como executar um curso de WhatsApp e como usar documentos e folhas de cálculo do Google
- O curso e workshop online sobre Educação para o Empoderamento
- O Forum Mundial para o Desenvolvimento dos Educadores, que incluem workshops sobre a construção da liderança e a educação das mulheres para um enfoque internacional do neonacionalismo.



A IFWEA vai organizar também a 24ª Conferência Geral Internacional, que terá lugar na Cidade do Cabo, na África do Sul, durante quatro dias, entre 4 e 8 de dezembro de 2023. Esta Conferência Geral Internacional celebra-se a cada quatro anos.



Será uma ocasião para os filiados, parceiros, colegas e camaradas da IFWEA na comunidade de educadores de trabalhadores e no movimento sindical democrático compartilharem e compararem recursos, bem como olhar para o futuro trabalho em equipa.

É também a plataforma para a IFWEA rever e renovar a sua missão e programa e eleger a sua liderança. A UGT tem uma longa tradição nesta estrutura internacional, à qual o CEFOSAP também está ligado.



CEDEFOP

European Centre for the Development of Vocational Training

Research paper

# Microcredentials for labour market education and training

Microcredentials and evolving qualifications systems

# MICROCRDENCIAIS PARA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO

CEDEFOP | European Centre for the Development of Vocational Training

BRIEFING NOTE

## READY, STEADY, GO!

Cedefop 2022-23 activities help kickstart the European Year of Skills

Pharmacies – a new concept that says it all about what 2023 has in store for many – was chosen as the Oxfam Dictionary word of the year in early 2022, when the EU was only just recovering from the pandemic, war broke out in Europe. Economic disruption and unprecedented migration followed. Moving towards energy independence, soaring gas shortages and financial hardship caused by soaring prices were central policy concerns, at a time when the climate emergency became increasingly visible and intense.

In a context of crisis and accelerating megatrends, Cedefop continued to focus attention on the vocational education and training (VET), skills and employment dimensions of the twin transition. Its work helped assess the implications of current challenges for VET systems and qualifications and stimulated reflection on how policies contribute to making people fit for the future. In the run-up to the European Year of Skills and throughout, Cedefop activities have continued, and will continue to contribute transversally, to making learning via up- and reskilling the new normal. Skills are central to tackling our challenges and shaping successful transitions. At the same time, the 'right' skills are short in supply. Designating 2023 the European Year of Skills will focus EU institutions' efforts on building skills, closing gaps, and alleviating mismatches. It will also serve a spotlight on the European Agency dealing with skills, Cedefop.

Of the job ads posted online between mid-2020 and mid-2022, 54% were for high-skilled societal engineering, business/administration, social/ICT jobs. The manufacturing, construction, and maintenance sectors drove the recovery and expansion of the online job market. Jointly, job ads for manual, medium and low-skilled jobs are the lion's share of its growth. Demand for manufacturing labourers, cleaners and helpers, drivers and plant operators is booming.

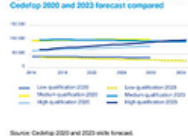
Long-term trends paint a somewhat different picture. A new Cedefop EU skills forecast is to be released in 2023 suggests that employment will rapidly become more skills-intensive. The number of high-skilled jobs will likely rise faster than forecast earlier, surpassing medium-skilled employment in about a decade from now (Figure 1). Employment in elementary jobs remains stable. With skills upgrading counteracting labour market trends in the decade ahead, the focus will need to be on expanding VET's potential and role in helping people access more demanding jobs.

As employment is projected to be more closely aligned to supply at all skill levels than previously forecast, it appears that, at the EU aggregate level, mismatch is set to improve. But this will not happen by itself. The EU Green Deal ambitions incorporated in the forecast will need to be met, and raising the forecast upgrading trend will require an adequate and well-skilled workforce.

### Labour market recovery meets skills upgrading

European labour markets are recovering from the pandemic and today are more integrated. Because of it, the labour boom spilled over into recruitment practices, skills shortages led employers to expand online job advertising to reach more potential candidates, and job turnover increased because many employees used the labour market option to look for a better job elsewhere. SKILLS@VET – Cedefop's jobs and skills trend tracking tool – showed this trend in the first semester of 2022: the number of jobs advertised online was double what had been registered in the same period of 2019.

Figure 1. Future employment by qualification level: Cedefop 2020 and 2023 skills forecast



Source: Cedefop 2020 and 2023 skills forecast

BRIEFING NOTE, JANUARY 2023 ISSN 1828-2471

Page 4

## PREPARAR, A POSTOS, PARTIR!

As atividades do Cedefop 2022-23 ajudam a lançar o Ano Europeu das Competências. Num contexto de crise e megatendências aceleradas, a Agência continua a centrar a sua atenção no ensino e formação profissional (EFP), nas competências e nas dimensões do emprego das transições gêmeas. Em alemão, grego, inglês, espanhol, francês, italiano, polaco e português.

CEDEFOP | European Centre for the Development of Vocational Training

BRIEFING NOTE

## WORKING TOGETHER TOWARDS ATTRACTIVE, INCLUSIVE, INNOVATIVE, AGILE AND FLEXIBLE VET

Cedefop monitors and analyses European countries' VET and lifelong learning policy and practice in support of common goals

Since the 1950s, European countries have worked towards a single common market, with actions including removing barriers to citizens' free movement. Co-operation on vocational education and training (VET), as first established in the 1957 Treaty of Rome and reaffirmed in 1992 by the Maastricht Treaty, has always been part of the endeavour. It gained momentum in 2002 with the Copenhagen Process, which became a catalyst for modernising VET systems across Europe. In this context, Cedefop was established in 2004 with monitoring, analysing and reporting on European countries' (1) implementation of common priorities. The most recent policy cycle started in 2020 with the first ever Council Recommendation on VET for sustainable competitiveness, social fairness and resilience, and the Council Decision, while the former outlined six areas of reform, the latter set four broad priorities (2). In combination with other strategic documents and policies, such as the European Social Fair Action Plan, the EU Skills Agenda and the Pact for Skills, they have given a fresh impetus to the Copenhagen Process and will frame the current policy cycle. Now, as countries are embarking on ambitious national plans to implement their common VET priorities up to 2030, they can proudly look back on 25 years of successful cooperation.

including proposals until 2020 and a further update to 2030. All examples in this briefing note are based on recent or current reforms, national strategy papers on VET, skills, youth and research, as well as reform programmes in the framework of the European Semester. Most countries rely on leading governance structures, e.g. national committees, advisory councils or working groups, to implement, monitor and report on progress towards objectives. More than two thirds of them will involve social partners in the process.

**Box 1. Fair Working**  
In 2022, Cedefop will launch a tool website, Timeline of VET Policies in Europe, encompassing more than 1500 strategies, action plans, legal acts and practical measures in VET and lifelong learning (LLL) in participating countries. The tool will help policy-makers, analysts and practitioners to follow their national policies and practices as they evolve and develop over time, from design through implementation to completion. It aims to inspire and support all those interested or involved in designing or reforming VET and LLL policies and practices.

**1. Making things happen**  
EU Member States' national implementation plans (NIPs) reflect the priorities of the VET Recommendation and the Council Decision and the way they choose to work on the Council priorities. All NIPs are based on broad national assessment of current situations and set out countries' activities until 2025.  
Participating countries include all EU Member States, Iceland and Norway, alongside the UK, EU, and EU+.  
See also in Cedefop's Skills & Work Agenda 2020-2030.

BRIEFING NOTE, JANUARY 2023 ISSN 1828-2471 Page 4

## TRABALHAR EM CONJUNTO PARA UM EFP ATRATIVO, INCLUSIVO, INOVADOR, ÁGIL E FLEXÍVEL

O papel do Cedefop no processo é fundamental: recolhe a informação nacional necessária através da sua rede de especialistas que abrange todos os Estados-Membros da UE, Islândia e Noruega, ReferNet, e analisa-a de forma estruturada e comparável para informar a Comissão Europeia e outras partes interessadas.

## Condições de trabalho em tempos de COVID-19: Implicações para o futuro

A pandemia do COVID-19 mudou a forma como vivemos e trabalhamos. Com o levantamento das restrições em todo o mundo, agora podemos examinar as muitas repercussões no mundo do trabalho. Em particular, as demandas únicas dos últimos anos lançaram um holofote sobre as pressões exercidas em diferentes empregos e em determinados ambientes de trabalho e as tensões associadas a diferentes formas de trabalho. A pandemia nos fez reavaliar tantos aspetos de nossas vidas profissionais. Mas mudou a forma como pensamos sobre a qualidade do trabalho – seu papel em garantir uma boa vida profissional e, de fato, uma boa vida em geral? O Inquérito Telefónico Europeu sobre Condições de Trabalho (EWCTS), uma pesquisa representativa dos trabalhadores da Europa realizada pela Fundação Dublin em 2021, fornece algumas respostas.

### Desigualdades económicas e sociais na Europa no rescaldo da pandemia COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve impactos variados nos grupos sociais, dependendo das desvantagens existentes, tendo desencadeado um aumento das desigualdades em diferentes áreas da vida. Através de indicadores do Quadro Multidimensional de Monitorização das Desigualdades da UE, este relatório mostra como a desigualdade nas esferas dos rendimentos, saúde, emprego e educação mudou entre 2010 e 2020. Analisa ainda os principais fatores dessa mudança durante a pandemia e explora as relações entre as políticas governamentais em diversos domínios e a desigualdade. O primeiro ano da crise da COVID-19 assistiu à queda na desigualdade de rendimentos. No entanto, aqueles que procuravam trabalho e pessoas com níveis de escolaridade baixo e médio tiveram maior probabilidade de sofrer uma perda de rendimentos durante a pandemia, destacando que, embora a desigualdade de rendimentos possa não ter aumentado durante o COVID-19, será fundamental para os formuladores de políticas a monitorização desta situação na atual crise do custo de vida.

A capacidade de trabalhar em casa criou desigualdades entre grupos de baixos e altos rendimentos, acentuando a desigualdade de género no cuidado de crianças e no trabalho doméstico. Em 2020, as mães solteiras tiveram maior probabilidade de reduzir o seu horário de trabalho devido ao encerramento de escolas e creches



### Programa de trabalho 2023

Este documento de programação descreve o plano de trabalho da Fundação Dublin para o período de 2021–2024. Define o contexto político e institucional do programa, delinea o programa plurianual para o quadriénio e apresenta o programa de trabalho para 2023. O enquadramento do programa de trabalho para 2023 insere-se no contexto da guerra na Ucrânia, que tem vindo a contribuir para o aumento do custo de vida e para a crise energética em toda a União Europeia, bem como os megapropulsores da mudança estrutural na Europa relacionados com a demografia, a tecnologia, a globalização e as alterações climáticas.



# Construir resiliência após a COVID-19: medidas da UE para proteger empregos e promover competências

Desde 2011, a base de dados de instrumentos de apoio à reestruturação do *EU PolicyWatch* recolhe informação sobre medidas que ajudam empresas e trabalhadores a antecipar e gerir reestruturações. Este artigo analisa as medidas do banco de dados destinadas a apoiar trabalhadores e empregadores durante a pandemia do COVID-19 (2020–2022). Também destaca o papel da educação e da formação na construção de resiliência após a pandemia e explora o movimento em direção às transições verde e digital. Os instrumentos de apoio são exemplos de políticas de reestruturação introduzidas em toda a UE numa tentativa de melhorar a preparação e resiliência para futuras crises.

Em 2020, a Comissão Europeia lançou o seu instrumento temporário de Apoio para mitigar os Riscos de Desemprego numa Emergência (SURE), disponibilizando 100 mil milhões de euros para prevenir perdas de emprego generalizadas e indiscriminadas devido à pandemia de COVID-19. O instrumento SURE (aplicável em 18 Estados-Membros) fornece apoio fiscal durante a pandemia com o objetivo de manter as pessoas no emprego e apoiar as empresas a manterem-se à tona.

Este artigo explora os tipos de instrumentos de apoio introduzidos ou alterados para manter as pessoas empregadas e apoiar as empresas durante a pandemia. Essas medidas



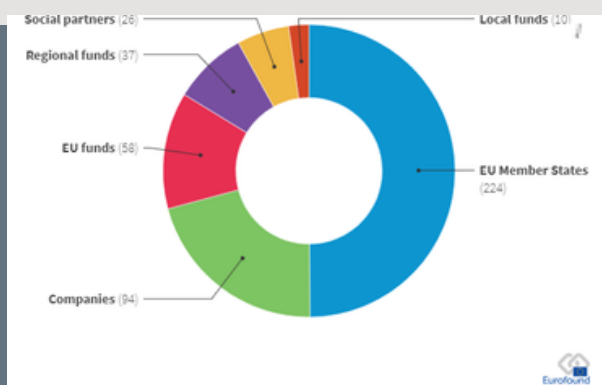
forneem lições valiosas sobre como reduzir o impacto de qualquer crise futura nos negócios e nas pessoas.

O artigo analisa também os instrumentos de educação e formação registados na base de dados de instrumentos de apoio à reestruturação com o objetivo de aumentar a capacidade de adaptação das forças de trabalho da UE a casos de reestruturação e fornecer competências adequadas e atualizadas para o moderno mercado de trabalho da UE.

As últimas medidas contribuirão de alguma forma para resolver as incompatibilidades de competências no mercado de trabalho europeu, destacadas pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ao lançar o Ano Europeu das Competências 2023.

Os instrumentos de apoio da UE são introduzidos como pacotes de políticas para evitar a perda de postos de trabalho e visam antecipar e gerir a reestruturação

As medidas são orientadas pelo Quadro Europeu para a Reestruturação de Qualidade que reafirma a importância do investimento no capital humano para aumentar a capacidade de adaptação dos trabalhadores à

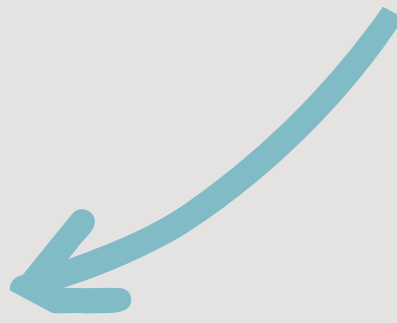


Nota: Os números representam o número real de políticas financiadas por cada parte interessada. Cada instrumento pode ter várias fontes de financiamento.

Fonte: EU PolicyWatch (banco de dados de instrumentos de apoio à reestruturação)

➡ mudança e minimizar a probabilidade de perda de emprego, bem como a realocação de recursos humanos para atividades com elevado potencial de crescimento e empregos de qualidade, de acordo com a estratégia Europa 2020.

Construir resiliência através meio de educação e formação  
Os instrumentos destinados a manter empregos e a sobrevivência das empresas centram-se na viabilidade económica e nas vias de crescimento.



A base de dados registou muitas iniciativas neste domínio que refletem os esforços políticos existentes em toda a UE. Estas medidas visam antecipar e gerir melhor o impacto da reestruturação para trabalhadores e empresas, garantindo ao mesmo tempo que os trabalhadores da UE estão equipados com as competências relevantes.

No entanto, não são alavancas apropriadas para lidar com desafios estruturais, como a falta ou a desadequação de competências.

O investimento na política de formação e educação pode proporcionar oportunidades para criar resiliência

entre os trabalhadores e aumentar a competitividade dentro e entre os mercados de trabalho da UE. O investimento direcionado de instituições governamentais demonstrou reduzir a disparidade entre os países na perda de rendimentos e evitar o desemprego prolongado.

Para garantir que as oportunidades sejam acessíveis, os governos também fornecem sistemas de credenciamento padronizados. O Catálogo Nacional de Qualificações em Portugal é disso exemplo.

A base de dados apresenta diversos exemplos de instrumentos de apoio pré-existentes que podem ser reavaliados e servir de inspiração para novos desenvolvimentos de políticas. A escala sem precedentes de instrumentos de apoio para ajudar a mitigar o impacto negativo da reestruturação é uma indicação da disposição dos governos de intervir diretamente em choques futuros.

Além das lições políticas a serem extraídas dos anos de pandemia, as políticas de educação e formação continuarão a desempenhar um papel proativo em equipar os trabalhadores da UE com as competências apropriadas para enfrentar os desafios colocados pela dupla transição.



### A UE generaliza o diálogo social

A CES tem apelado à Comissão para colocar o diálogo social no centro da tomada de decisões na Europa. Algumas das medidas propostas refletem a intenção da Comissão de apoiar um diálogo social mais forte a todos os níveis – o que terá que ser acompanhado por um compromisso sustentado. A proposta de recomendação do Conselho pode desencadear melhorias a nível nacional, em particular quando os sindicatos procuram melhorar o diálogo social e a negociação coletiva. Algumas propostas positivas incluem o compromisso dos Estados-membros de respeitar os direitos e liberdades fundamentais de associação e negociação coletiva, incluindo a remuneração; Iniciativas de capacitação de parceiros sociais, incluindo a utilização do Fundo Social Europeu +.

Envolver plenamente os parceiros sociais na elaboração de políticas, de forma atempada com toda a informação relevante para assegurar uma consulta adequada; Promover a cobertura da negociação coletiva dos trabalhadores mais vulneráveis.



Na Europa, os salários são fixados através de negociações entre sindicatos e empregadores. No Reino Unido, pouco mais de um quarto dos trabalhadores têm os seus salários e condições de trabalho definidos por tais acordos coletivos.

Na Alemanha, mais da metade de todos os trabalhadores são cobertos por acordos coletivos, subindo para três quartos na Holanda, mais de 80% na Dinamarca e Espanha e mais de 90% na Áustria e Bélgica.

A CES apoia a TUC na oposição à legislação sobre níveis mínimos de serviço e insta o governo britânico a ajudar os trabalhadores que lutam contra o aumento dos custos e pela procura de uma solução justa para as suas queixas salariais legítimas, em lugar de impor mais restrições ao direito de greve.



A CES apela à libertação dos sindicalistas presos na Bielorrússia



Após um atraso de seis anos, o Conselho Europeu finalmente abriu caminho para a ratificação pela UE da Convenção de Istambul para ações contra a violência contra as mulheres.



O Parlamento Europeu deu um passo importante para acabar com o falso trabalho independente e a precariedade nas plataformas digitais de trabalho.

Motoristas, criadores de conteúdo, programadores, click-workers, engenheiros e cuidadores estão entre os 28 milhões de trabalhadores que beneficiariam com as disposições do relatório do Comité de Emprego.

Os eurodeputados votaram pelo fim do sistema de falso trabalho independente usado pelas empresas de plataforma para cortar custos, em detrimento dos salários e das condições de trabalho.

A votação seguiu-se a uma ação da CES a favor de um trabalho de plataforma justo.

Esta crise do custo de vida está a ser impulsionada por lucros excessivos – não pelos salários.

Os salários não são a causa da inflação. Os trabalhadores são as vítimas desta crise, com o valor dos seus salários a diminuir enquanto os preços dos bens de uso diário sobem. A desigualdade está a aumentar, já que os trabalhadores mais mal pagos e as pessoas mais vulneráveis são os mais atingidos.

Junte-se a nós para exigir a implementação do nosso plano para a resolução da crise do custo de vida que coloca os trabalhadores no centro da economia. O plano inclui:

- Subida imediata do salário
- Pagamentos a pessoas que lutam para pagar contas inacessíveis, como os custos exorbitantes da habitação, do aquecimento e alimentação.
- Limitar o preço das contas de energia e aumentar os impostos sobre os superlucros das empresas que lucram com a crise.

### Previsões Económicas para o Inverno de 2023

A Comissão Europeia alertou para o facto de os salários não refletirem o aumento do custo de vida e de ser pouco provável que venham a aumentar num futuro próximo.

As previsões económicas do inverno de 2023 da Comissão referem que:

“O crescimento dos salários nominais continuou a taxas abaixo das taxas de inflação, resultando em mais perdas de poder de compra para os trabalhadores.”

“Os salários atuais de muitos trabalhadores ainda refletem acordos salariais assinados antes da aceleração da inflação no ano passado.”

“Uma recuperação total do poder de compra perdido ainda parece improvável no horizonte de previsão.”





## Brincar com ideias: Cultivar a criatividade e a inovação dos alunos e aprender nas escolas



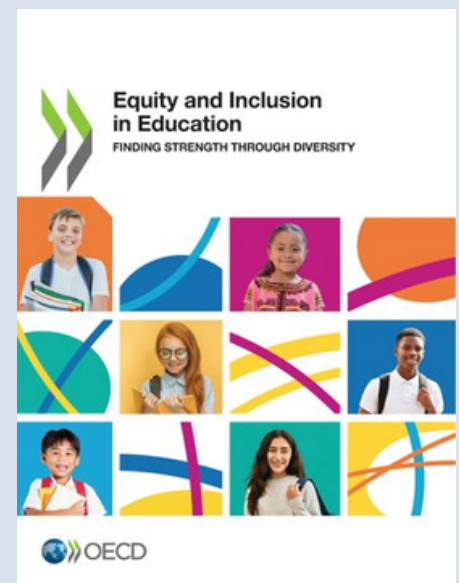
As escolas e a imaginação andam juntas? Criatividade e inovação não são apenas palavras bonitas ou competências altamente exigidas no mercado de trabalho, as evidências sugerem que são também essenciais para o bem-estar e para a prosperidade das economias. Mas diante dos problemas perversos de hoje e de amanhã, os jovens estão a deixar a educação com as competências para aplicarem o

conhecimento e fazerem novas conexões, vislumbrarem novas soluções e contribuir significativamente para as suas comunidades.

No dia 21 de abril celebra-se na OCDE o Dia Mundial da Criatividade e Inovação e discutir o que é necessário para que as escolas se tornem locais de imaginação, investigação, diversão e reflexão – e como a criatividade e a inovação podem apoiar a aprendizagem.

## EQUIDADE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

Os governos e os formuladores de políticas educacionais estão cada vez mais preocupados com a equidade e a inclusão na educação devido a várias tendências globais importantes, como mudanças demográficas, migração e crises de refugiados, desigualdades crescentes e mudanças climáticas. Esses desenvolvimentos contribuíram para aumentar a diversidade nas populações nacionais e sinalizaram algumas preocupações sobre a capacidade dos sistemas educacionais de serem equitativos e inclusivos para todos os alunos. Este relatório do projeto *Strength through Diversity* analisa a forma como os sistemas educativos podem responder ao aumento da diversidade e promover maior equidade e inclusão na educação. Com base numa estrutura holística para estudar diversidade, equidade e inclusão na educação, o relatório examina cinco áreas políticas principais (ou seja, governança; recursos; capacitação; intervenções em nível escolar e monitorização e avaliação), apresenta exemplos de políticas e práticas e oferece assessoria política sobre a promoção de sistemas educativos mais equitativos e inclusivos.



Aceda aqui à publicação: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/e9072e21-en/index.html?itemId=/content/publication/e9072e21-en>



## Parlamento Europeu

Foi publicada no Jornal Oficial da UE de 19 de dezembro, a Decisão (UE) 2022/2481 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2022 que estabelece o programa Década Digital para 2030.

A presente decisão estabelece o programa Década Digital para 2030 e cria um mecanismo de acompanhamento e cooperação para esse programa, destinado a:

- a. Criar um ambiente favorável à inovação e ao investimento, definindo uma direção clara para a transformação digital da União e para a consecução de metas digitais a nível da União até 2030, com base em indicadores mensuráveis;
- b. Estruturar e estimular a cooperação entre o Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão e os Estados-Membros;
- c. Promover a coerência, a comparabilidade, a transparência e a integralidade do acompanhamento e da prestação de informações pela União.



A Comissão Europeia e os Estados-Membros da UE, como Team Europe, comprometeram-se a investir 313 milhões de euros no 'Education Cannot Wait', o fundo global das Nações Unidas que ajuda a alcançar crianças vulneráveis afetadas por crises com apoio educativo imediato e a longo prazo. Esta é a maior contribuição para o Fundo.

A União Europeia e a 'Educação não pode esperar' promovem o acesso à educação de alta qualidade para as crianças com dificuldades e procuram tornar os investimentos em educação mais eficazes e sustentáveis, preenchendo a lacuna entre as intervenções humanitárias e de desenvolvimento, de acordo com os compromissos do Encontro Transformando a Educação.

O financiamento através de 'Educação não pode esperar' complementa outro apoio da UE para promover educação de qualidade para crianças e jovens em situações de emergência e crises prolongadas e para aumentar a resiliência dos sistemas educativos nos países parceiros. Os investimentos da UE em educação em países frágeis durante o período 2021-2027 atingirão € 3,2 bilhões, provenientes do orçamento da UE.

nanciado por:

